

Por que o aumento da produtividade não permite menores jornadas de trabalho?

Uma análise a partir de *O capital* de Marx

Sávio Freitas*

Luísa Barcellos Zaniboni**

Resumo

O estudo propõe uma análise marxista das relações trabalhistas, fazendo comparativos entre a evolução das forças produtivas e os impactos da tecnologia sobre a produção, ou seja, a relação entre a produtividade do trabalho e o volume de trabalho no capitalismo contemporâneo. O aumento da inovação tecnológica deveria promover melhores condições aos trabalhadores, substituindo, sempre que possível, o trabalho humano pelo maquinário inventado, buscando melhorar assim a qualidade de vida. Porém, não é o que se observa: mesmo com a substituição do trabalho humano por máquinas em inúmeros processos produtivos, o que levou a uma redução relativa da força de trabalho industrial, esses postos de trabalho foram recriados em diversas funções que não atendem necessidades humanas, como um batalhão de vendedores e de trabalhadores em setores gerenciais.

Palavras chaves: produtividade; jornada de trabalho; necessidades do capital.

Abstract

The study purposes a marxist analyses of the working relationships, comparing the evolution of productive forces and technological impacts over production, in other words, the relationship between working productivity and amount of work on contemporary capitalism. The increase of technological innovation should provide better conditions to the workers, replacing whenever possible human work for invented machinery, looking for improve in life quality. But, it is not what is observed: even with the replacement of human work for machinery on innumerable productive process, what leads to a relative reduction of industrial working force, those jobs were re-created as various functions that don't meet human needs, as a battalion off sellers and Administrative sector workers.

Keywords: productivity; work journey; capital necessity.

Introdução

Um pensamento comum na primeira metade do século XX era de que, com o avanço tecnológico ao redor do mundo, ocorreria uma diminuição da jornada de trabalho. Porém, não foi o que se verificou. O ensaio de Keynes, *Economic Possibilities for our*

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes.

** Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense – Polo Campos, dos Goytacazes. Contribuiu, na condição de orientador deste trabalho, o Prof. Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF).

Grandchildren, em que ele apresentou uma visão bastante otimista quanto a reduções na jornada de trabalho, que poderia ter a duração de 15 horas semanais, em decorrência do avanço tecnológico, acabou se transformando em uma utopia. Embora o avanço pudesse reduzir a jornada de trabalho, isso não ocorreu. "Ao contrário, a tecnologia foi sendo configurada de maneira a nos fazer trabalhar mais" (GRAEBER, 2013). Desse modo, ocorre uma expansão dos "empregos inúteis", isto é, aqueles que não atendem as necessidades humanas.

Pela lógica da teoria neoclássica, que tem como conceitos centrais utilidade e racionalidade, e dentro do conceito de utilidade, a forma como o homem deveria agir, consideramos a afirmação de Bentham: "A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que realmente faremos" (BENTHAM, 1789, p.9). Assim, nossas atitudes visam diminuir a dor e aumentar o prazer, e uma vez que o lazer (prazer) é preferível ao trabalho (dor), a massa trabalhadora que deveria usar o seu tempo em tempo de lazer (dado a lógica neoclássica que nossas ações visam aumentar o prazer e reduzir a dor) não o faz.

Nesse sentido, o presente trabalho parte da seguinte pergunta: por que o aumento da produtividade não é acompanhado por uma redução no tempo de trabalho? A partir das Revoluções Industriais ocorreu uma grande automatização de processos que antes eram manuais, o que tornou possível reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Por essa lógica, deveria haver uma redução da jornada de trabalho. No entanto, isso não se verificou. Ao contrário, ocorreu um fenômeno que David Graeber chamou de criação de "empregos inúteis", isto é, de trabalhos que não atendem às necessidades humanas, sendo em sua maioria de caráter burocrático. Ademais, presenciamos em diversos países, inclusive em países tão diferentes como a França e o Brasil, reformas trabalhistas que tendem a elevar a jornada de trabalho, em vez de rebaixá-las.

Isto posto, a relação entre a produtividade do trabalho e seu volume total de trabalho será apresentada aqui de modo a defender que a crescente produtividade do trabalho não leva a uma redução da jornada de trabalho. Com isso, um dos grandes problemas enfrentados é a multiplicação de trabalhos que não tem como objetivo atender à necessidade humana, mas sim a necessidade do capital. Tendo por objetivo responder essas perguntas, o presente trabalho será dividido em duas seções: a primeira pretende fazer a exposição do

problema, enquanto a segunda pretende explicar sua causa a partir da apresentação do valor-trabalho de Marx.

Exposição do problema: por que o aumento da produtividade não leva a uma redução da jornada de trabalho?

Os chamados empregos inúteis evidenciam uma diferença em relação ao trabalho útil, de caráter industrial com produção de mercadorias. Desse modo, é possível observar que o trabalho manual tem decrescido enquanto tem crescido o número de empregos como os de gerência ou de assistência. Apesar de identificarmos uma expansão quanto à criação de novas indústrias e geração de emprego desde 1920, "muito poucas não têm a ver com a produção e distribuição de sushi, iPhones ou tênis extravagantes." (GRAEBER, 2013). E isso ocorre mesmo que uma crescente automatização dos trabalhos produtivos possa ser identificada. E é justamente nesse ponto que encontramos a contradição, já que tal processo deveria promover uma redução da jornada de trabalho, ou seja: um aumento na produtividade deveria ser acompanhado de redução no tempo do trabalho. O que não acontece.

Como já destacado anteriormente, a teoria padrão diz que a busca pelo lazer deve ser contínua porque é responsável por produzir algo positivo para os seres humanos: o prazer. Enquanto isso, por sua vez, o trabalho seria necessário apenas para obtenção de produtos, e é visto como algo negativo aos seres humanos. Assim, com o aumento da produtividade acompanhado por um uso maior da tecnologia, ocorreriam reduções nos postos de trabalhos manuais como também uma diminuição no tempo de trabalho, aumentando o tempo para lazer. O que se verifica, segundo o autor, porém é um aumento dos postos de trabalho administrativos acompanhado por um aumento na jornada de trabalho. Ocorre "um crescimento não só do setor de serviço, como também do setor administrativo incluindo a criação de novos ramos como o de serviços financeiros ou telemarketing, ou a expansão sem precedentes de setores como direito corporativo, administração da saúde e acadêmica, recursos humanos e relações públicas. (GRAEBER, 2013).

No entanto, como se explica a criação desses empregos? Segundo o autor, esses empregos teriam como objetivo apenas manter as pessoas trabalhando. A explicação de Graeber para isso é que, embora pareça que a criação de tais empregos se relaciona a questões econômicas, na verdade a sua causa seria moral e política: uma população que desfrutasse de

tempo disponível para o lazer apresentaria um grande risco, uma vez que poderiam usar seu tempo livre para reivindicar direitos que, de fato, possuem. Isso porque pessoas com mais tempo para lazer perceberiam que muitas vezes seus trabalhos não lhes agregam nada de novo e não há identificação com o que estão fazendo. E o fato de não se identificarem com seus trabalhos gera cada vez mais uma série de danos emocionais e psicológicos, por exemplo.

Observando o crescimento aparentemente interminável das responsabilidades administrativas dos departamentos acadêmicos ingleses, eu tive uma possível visão do inferno. O inferno é um conjunto de indivíduos, que estão gastando a maior parte de seu tempo trabalhando em uma tarefa de que eles não gostam e em que não se dão bem. (GRAEBER, 2013)

Assim, caso dispusessem de mais tempo livre, acabariam durante esse tempo pensando em alternativas melhores tanto para suas vidas quanto para o mundo em que estão vivendo e isso, provavelmente, resultaria em protestos e reivindicações. Mediante ao que foi exposto, ao contrário de reduções na jornada de trabalho, como esperado, temos um crescimento de responsabilidades administrativas e financeiras, por exemplo.

Porém, o problema dessa resposta dada por Graeber é desconsiderar a questão econômica, ou seja, de que a competição criada pelo mercado deveria eliminar os trabalhos inúteis, pois assim as empresas poderiam reduzir seus custos e, por conseguinte, enfrentar melhor os seus concorrentes. Ao considerar o problema apresentado através de causas morais e políticas, ele ignora que a firma trabalhando em uma situação de concorrência de modo a ter sempre a necessidade de cortar os custos para manter-se competitivamente no mercado. Em outras palavras, as empresas que buscassem manter pessoas simplesmente trabalhando sem criar nenhum retorno financeiro perderiam na concorrência para as empresas que cortassem custos com trabalho. Assim, segundo o próprio autor, “de acordo com a teoria econômica, a última coisa que uma empresa com fins lucrativos deveria fazer seria gastar dinheiro com trabalhadores que elas não precisam empregar. Ainda assim, de alguma forma, isso acontece”. (GRAEBER, 2013). Destarte, a criação de postos de trabalho apenas para manter pessoas trabalhando, em uma situação de concorrência, levaria tal empresa a perder competitividade e, portanto, a fechar as portas. Tal situação só poderia se manter no caso de uma empresa monopolista ou pelo Estado, que não enfrentariam o problema da concorrência. Logo, a causa para tal problema deve estar em outro lugar.

A hipótese que aqui será defendida é que esses trabalhos que são inúteis no que diz respeito às necessidades humanas são úteis no que diz respeito às necessidades do capital. Esse argumento será defendido a partir de agora.

Identificamos assim, através desse processo, uma relação não só entre o homem e o seu trabalho, mas, conforme exposto por Postone, identifica-se também a relação entre os próprios homens. Em seu ensaio *Necessidade, Tempo e Trabalho: Uma Reinterpretação da Crítica Marxiana do Capitalismo*, Moishe Postone destaca a importância dos trabalhadores poderem apropriar-se do excedente do seu trabalho, com já havia sido destacado por Marx. Assim, para ele:

Quando Marx enuncia que “a massa de trabalhadores deve, ela própria, apropriar-se de seu próprio trabalho excedente”, ele não está meramente falando de expropriação da propriedade privada e sua utilização de maneira mais racional, humana e eficiente. A apropriação de que ele fala inclui isto é claro, mas vai muito além. Ela envolve a utilização reflexiva das forças de produção historicamente desenvolvidas sob o capitalismo sobre o próprio processo de produção. O potencial embutido na tecnologia torna-se o meio pelo qual o processo de produção é transformado, levando à abolição daquele sistema de produção social, tornado anacrônico, no qual a riqueza é criada através da apropriação do tempo de trabalho direto e os trabalhadores trabalham como engrenagens de um aparato produtivo. (POSTONE, 1978, p. 708)

Dessa forma, Postone sugere que o trabalhador deve-se tornar indivíduo social sendo capaz de incorporar tanto o conhecimento quanto o potencial que antes eram apresentados a ele de forma alienada.

Até então fica claro que Graeber, a respeito deste problema, trata-o de forma externa aos conceitos econômicos, além disso a explicação de que “empregos são criados” de forma desnecessária não se adequa ao regime de concorrência capitalista. Desta forma a teoria da acumulação capitalista descrita por Marx consegue explicar tal fato de forma econômica. De acordo com o autor, a concorrência força os capitalistas a elevar a produtividade, fazendo com que seja necessária uma menor quantidade de trabalho humano para a realização de uma unidade de produto. Esse aumento de produtividade gera, além de uma redução relativa do emprego no setor produtivo, gera também um aumento do quantum de capital, o que exige novas áreas de investimento, pois do contrário, isto é, se aumenta a oferta de capital e não aumenta a sua demanda, há uma queda da sua rentabilidade. Buscam-se então criar novos

setores não para atender as necessidades humanas, mas as necessidades de utilização rentável de uma massa crescente de capital.

Notamos que existe uma incongruência no que diz respeito aos avanços produtivos e tecnológicos e seus impactos na sociedade como um todo. Observa-se que, ao invés de a tecnologia gerar melhorias que acarretem a redução do tempo da jornada de trabalho e que, conseqüentemente, gerem mais prazer aos indivíduos, cada vez mais se criam serviços tidos como “improdutivos” para que as pessoas continuem desempenhando funções, mesmo que apenas burocráticas, para que se mantenham ocupadas. A explicação de Graeber se mostra falha ao não incorporar o aspecto econômico desta questão. Logo, pela obra de Marx, conseguiremos explicar esse fenômeno, observando que, a teoria do valor e a de acumulação capitalista provam a necessidade desta dinâmica para que se consiga continuar o movimento cumulativo necessário à manutenção do capitalismo como conhecemos.

Explicação do problema: produtividade e necessidades do capital

Sabe-se que, durante toda sua existência, o trabalho humano vem sendo modificado culturalmente pelo modo como está organizado. Mas é durante a Era Capitalista, na qual estamos inseridos, que uma transformação incomum muda as relações entre os trabalhadores que realizam o trabalho e a matéria na qual esta força (trabalho) é empregada. O capitalismo “separa” os detentores da força de trabalho daqueles que detêm os meios de produção de mercadorias.

Retirando dos ideais de Marx, em *O Capital* (2013), a explicação para a ocorrência acima deve-se ao duplo caráter da mercadoria. Vejamos: a mercadoria, em tempos anteriores a estes em que o capital domina as relações humanas, deveria servir a uma causa, sendo esta a satisfação humana, ser útil para alguma função que fosse do interesse daquele que a produzisse. Porém, com as transformações ocorridas pelo advento do capital, o trabalho passa a ser mediado pela troca, troca esta que estaria destinada à compra de mercadorias úteis para aqueles que realizam funções produtivas. Em outras palavras, os trabalhadores passam a realizar funções produtivas que podem de nada ser úteis a eles, porém serão úteis a alguém e, com isso, ao serem “remunerados” pelo dispêndio de suas forças físicas (mentais, psíquicas, etc.) neste processo, torna-se possível a obtenção daquilo que é útil para cada indivíduo, não sendo assim necessário que cada ser tenha que produzir tudo que é útil para si.

Além do duplo caráter da mercadoria que pudemos observar existe, implantado na sociedade, uma alienação na realização do trabalho. Sabe-se que “(...) cada trabalho privado útil particular deve ser permutável por toda outra espécie de trabalho privado” (MARX, 1996, p. 199). Desta forma Marx expõe que a maneira correta de se medir o valor de uma mercadoria é pelo tempo de trabalho socialmente necessário para que ela seja realizada como mercadoria útil a alguém. A questão chave para a manutenção e acumulação do capitalismo vem justamente por conta do mecanismo que os detentores dos meios de produção podem efetuar aos que eles empregam: a remuneração sobre o tempo de trabalho empregado no processo produtivo é sempre inferior àquela que deveria acontecer. Dessa forma, qualquer processo de produção que ocorra ocasionará a produção de um valor excedente, ou seja, um mais-valor, este que ficará nas mãos daquele que detêm os meios produtivos. O fato do produtor não notar que ele é parte da mercadoria que se realizou consiste nessa alienação, parece faltar um pouco de compreensão daqueles que efetuem os processos produtivos em entender seu real papel nas questões sociais que permeiam as trocas capitalistas. “Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor” (MARX, 2013, p. 80).

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo, em um primeiro momento, tornará possível a obtenção de um mais-valor extraordinário àquele que detiver o monopólio do conhecimento desse procedimento, pois acontecerá a potencialização do trabalho empregado. Ao se generalizar essa produção, identificamos o problema da controvérsia no modo de operação capitalista. O capitalista passa a substituir o trabalho, que antes gerava mais valor, por trabalho morto, que não é capaz de gerar o excedente necessário a manutenção da acumulação capitalista.

Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, o valor social do produto da máquina decresce até atingir seu valor individual e, assim, estabelece a lei de que o mais-valor não provém das forças de trabalho que o capitalista substituiu pela máquina, mas, inversamente, das forças de trabalho que ele emprega para operar esta última. O mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital, e vimos que a massa do mais-valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Dada a extensão da jornada de trabalho, a taxa de mais-valor é determinada pela proporção em que a jornada de trabalho se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número de trabalhadores simultaneamente ocupados depende, por sua vez,

da proporção entre as partes variável e constante do capital. Ora, é claro que a indústria mecanizada, por mais que, à custa do trabalho necessário, expanda o mais-trabalho mediante o aumento da força produtiva do trabalho, só chega a esse resultado ao diminuir o número de trabalhadores ocupados por um dado capital. Ela transforma em maquinaria, isto é, em capital constante, que não produz mais valor, uma parcela do capital que antes era variável, isto é, que antes se convertia em força de trabalho viva. (MARX, 2013, p. 321).

A partir da análise acima, algumas considerações (muitas vezes que se contradizem, mas justamente por conta dessa contradição é que o capitalismo se sustenta) podem ser tomadas a respeito do capitalismo e sua acumulação. O capitalismo no decorrer do processo de acumulação, constantemente, vai formando um capital (morto) adicional. Desta forma, para que se produza algo, gasta-se sempre um quantum menor de mão de obra assalariada, pois esta vem progressivamente sendo substituída por conta do acúmulo gerado. Esse enunciado evidencia um dos “enigmas” do capitalismo, isto é, o excesso de mão de obra supérflua, gerado pela dinâmica acima, faz com que seja possível a constante manutenção de baixos salários, pois se o empregado não aceita certo valor como pagamento do seu dispêndio de energia existe o que Marx chama de “Exército industrial de reserva” para preencher sua vaga, ou então, ainda, para responder a aumentos repentinos da demanda.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 460)

Nesta parte chegamos na evidência da contradição da dinâmica capitalista: se aumenta o volume de capital mais rapidamente do que o volume de trabalho, a tendência é de redução do valor novo produzido em proporção ao capital total, isto é, uma redução da taxa de lucro. Para Postone, o capital, evidentemente, possui condições para satisfazer a necessidade de consumo de todos os agentes, mas isso não ocorre por uma relação conturbada entre as classes sociais. O valor, pela lógica do tempo de trabalho, é gerado pelo trabalho assalariado, e buscando exemplos históricos, não havia essa questão do acúmulo repentino e exponencial de riqueza em tempos anteriores ao da submissão dos trabalhadores ao assalariamento.

Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real vem a depender menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada do que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, cuja “poderosa efetividade” é, por sua vez, completamente desproporcional ao tempo de trabalho diretamente gasto em sua produção, dependendo mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia... A riqueza real manifesta-se... na monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado e o seu produto, bem como no desequilíbrio qualitativo entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele supervisiona (POSTONE, 1978, p. 704-705).

Podemos identificar transformações atuais que modificam certos aspectos do componente primordial do capital. É notório que após a Segunda Guerra Mundial houve o ápice da era capitalista, a chamada “Era do ouro capitalista”, que só aconteceu por conta de fatores como a destruição de grandes montantes de capital fixo e de capital humano ocasionados pelo conflito. Logo, após esse período de “destruição”, o capital, com a ajuda da famosa época do “Baby Boom”¹, tinha todas as condições necessárias para sua reconstituição e apropriação do valor, necessário para a geração de riqueza, e a famosa acumulação do capital estava no seu melhor momento.

Passando desta “época gloriosa”, podemos observar o indício de crises que foram se emancipando e acabam por afetar cotidianamente a vida de todos. Parecemos viver um momento de constante desordem, em que não há perspectivas futuras muito melhores, ou que não há esperanças de uma nova época de glória e pleno emprego sem instabilidade. Isso decorre do crescente esgotamento da capacidade do capital de continuar com seu processo de acumulação, e devemos a esta saturação a uma revolução que também ocorre no período que marca o fim dos anos de ouro: A Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnocientífica.

¹ Desta geração fazem parte aqueles nascidos entre 1946 e 1964 e que ingressaram na força de trabalho das organizações de 1965 a 1985 (ROBBINS *apud* MALAFAIA, 2011). Portanto, Baby Boomers, para este autor, é uma definição para o conjunto de crianças nascidas durante uma explosão populacional - Baby Boom em inglês, ou, em uma tradução livre, explosão de bebês. A atual definição de Baby Boomers refere-se aos filhos da Segunda Guerra Mundial, já que logo após a guerra houve uma explosão populacional. Especialistas justificam o fato explicando que o ser humano tem uma característica de aumentar a reprodução quando se sente ameaçado ou em perigo por determinado período de tempo, como nesse caso. Os últimos representantes da geração Baby Boomers estão próximos de completar 50 anos.

(...) A Terceira Revolução Industrial constitui um processo difuso que repercute na dimensão cultural; o chamado pós-modernismo, influencia a arte e os costumes. No que diz respeito à política e à economia gerou o chamado neoliberalismo e a era da globalização. Essa transformação no modo de produção ocorre simultaneamente na organização do Estado e no processo de trabalho nos setores: primário (agropecuária, extração de minérios), secundário (indústria, pesquisa, informática) e terciário (serviços), sendo este último o âmbito do setor saúde. (MEDEIROS, 2004, p. 02)

Focada na robótica, tal Revolução permitiu o desenvolvimento de atividades na indústria que aplicam tecnologias de ponta em todas as etapas produtivas. Neste novo modo de produção o trabalhador está cada vez menos inserido fisicamente na produção, o valor agregado que tais tecnologias (como softwares, chips, equipamentos, etc.) contam é um valor de caráter científico, que muitas vezes conta com anos de estudo para o lançamento de algo inovador no mercado.

Aqui encontramos outro questionamento acerca da dinâmica do capital: a necessidade de bens novos e novas tecnologias constantemente. Um dos mecanismos que o capitalismo encontra para continuar com seu processo de acumulação é a inserção de novas tecnologias e imposição de novas necessidades diariamente à população. Há poucos anos não se pensava no conceito de *smartphone*, por exemplo, mas no mundo globalizado atual é impossível se imaginar fazendo parte deste sistema sem possuir tal equipamento. Este, mesmo que produzido visando o valor, se mostra útil no mundo atual, a sua produção possui características que não o são, como por exemplo a baixa vida útil desses aparelhos (obsolescência programada)² e todo o aparato publicitário, grande criador de trabalhos inúteis, que estimula a sua frequente substituição. Isso demonstra quantas necessidades foram criadas para conseguir não somente produzir novas tecnologias, mas compensar a substituição de trabalho humano em áreas que foram automatizadas, criando outras áreas para que a população proletária continue escrava desse sistema de recompensas irrisórias e de alienação.

Podemos identificar, através da leitura da Harry Braverman que

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um “ciclo do produto”, que inventa

² Diz respeito a produtos que são fabricados para durar pouco, ou seja, são “programados” para se tornarem obsoletos num curto período de tempo para induzir a compra de modelos mais avançados dos mesmos produtos ou outras versões que acrescentem poucas mudanças.

novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições de vida moderna mudem para destruir alternativas. (BRAVERMAN, 1974, p. 234)

Pela ideia de Barreto e Ventura (2016) além da criação de novas tecnologias e consequentemente de novas linhas de produção, o que leva à contratação de novos trabalhadores tanto para a produção em si, como para os centros de pesquisa e desenvolvimento e além disso, àqueles que ficam apenas vigiando todo processo enquanto as máquinas os efetuam, o capital cria, também pela necessidade de continuar sua acumulação de riquezas através do valor, causada pela dissonância entre as classes detentoras dos meios de produção e da massa assalariada, uma série de trabalhos burocráticos e administrativos para manter seu “maquinário” em pleno funcionamento, ou seja, para que se continue extraindo as quantidades necessárias do valor através da prática predatória de absorção das energias da classe operária.

Podemos observar, ainda segundo Barreto e Ventura (2016), como o capital, ao introduzir novas tecnologias como meio de aumentar a produtividade do modo de produção, vai, aos poucos, deteriorando seu próprio *modus operandi* de arrecadação e manutenção da riqueza. Assim, A elevação do nível geral de produtividade, que seria então a peça-chave dessa dinâmica, permitiria a ampliação da parcela de mais valor e reduziria o quantum de valor novo criado, assim sendo, reduziria o valor de cada unidade produzida.

Essa ocasião nos leva a examinar que consequentemente a tendência geral é que haja um aumento da composição orgânica do capital, ou seja, a proporção de trabalho empregada é cada vez menor em relação ao capital. Isso implica no que já foi observado anteriormente, uma taxa de lucro progressivamente decrescente, ocasionada por menores arrecadações do valor, pela implicação cada vez menor de trabalho humano nos processos. Com isso uma parcela cada vez menor de trabalho vivo é direcionada a atividades que produzem o valor utilizado na acumulação.

Logo, o capital só se manteve até períodos atuais por conseguir ter acúmulos de riqueza ao longo da história. O valor gerado atualmente possui uma proporção menor ao que era gerado antes da Revolução Tecno-Científica, desta forma os desdobramentos necessários para que este sistema se mantenha até então, vão, não somente pela busca incessante de manutenção de jornadas de trabalho maiores e criação de novas atividades (parcialmente improdutivas), afim de se extrair um maior valor dos esforços da população proletária, mas

ainda assim, usa-se, como fonte de riqueza, acúmulos gerados anteriormente que, por assim dizer, complementam a dificuldade da manutenção da acumulação do valor em tempos recentes, visto o constante progresso técnico “poupador de mão-de-obra”.

Considerações finais

É patente, ao longo de todas as observações abordadas neste trabalho, uma ênfase recorrente ao aumento da jornada de trabalho e a criação de trabalhos inúteis a fim de atender as necessidades do capital, e aos mecanismos pelos quais o capital é compelido de forma a reforçar o grau de exploração do mais valor. Sair desse sistema nos aparece apenas como exercício de projeção de um futuro não palpável. O trabalho em uma sociedade acaba por definir o caráter daquela sociedade. Ao analisarmos a criação desses trabalhos inúteis estamos analisando a forma de organização dessa sociedade, ou seja, em qual fase de desenvolvimento capitalista está inserida. Nos autores citados o que é identificado é justamente a caracterização do capitalismo contemporâneo.

O foco do argumento de Graeber é elucidar que embora o aumento da produtividade devesse reduzir o tempo de trabalho, de modo a, segundo a lógica dominante neoclássica, aumentar o prazer, não se verifica. Deriva daí sua visão de que isso ocorre devido a um objetivo de causas morais e políticas, que é impedir que a população, ao desfrutar de mais tempo livre, buscasse seus direitos.

A explicação do problema sendo derivada de causas morais e políticas ignoraria o fato de que uma empresa trabalhando em competição não poderia sustentar tamanha capacidade ociosa de trabalho. Dessa forma, através de Marx e dos autores que escrevem a partir de sua obra, podemos explicar tal fato com uma abrangência econômica, mostrando que o objetivo dessa dinâmica seria aumentar o lucro via expropriação do mais valor, atendendo assim os anseios do capital.

Logo, ao observar os rumos tomados pela dinâmica da acumulação capitalista, notamos que os trabalhadores sempre terão as suas vontades atreladas à vontade daqueles que detêm o capital. Para quebrar esse vínculo é necessário romper ou modificar tal sistema, a fim de ter como objetivo principal o atendimento das necessidades humanas individuais, diferentemente do que ocorre atualmente, em que o capital está acima dessas necessidades. Assim, o presente artigo pretende apresentar elementos que possibilitem a superação do

modelo atual de atendimento das necessidades do capital, convertendo-o para o atendimento das necessidades humanas.

Referências bibliográficas

ANDRADE, S.I; MENDES, P; CORRÊA, D.A; TRIMER-DE-OLIVEIRA, A. *Conflito de Gerações no Ambiente de Trabalho em Empresa Pública*. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9, 2012, p. 2-3.

BARRETO, E.S; VENTURA,T. *Crise do valor*. Distintas interpretações e uma síntese possível. In: Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências *Humanas*, n.22, 2016, p. 159.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século xx. 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1974. p. 234.

GRAEBER, D. *Assim multiplicam-se trabalhos estúpidos*. 2012. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/graeber-assim-multiplicam-se-os-trabalhos-estupidos/>>. Acesso em: 10 de janeiro 20,17.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, S.M; ROCHA, S.M.M. *Considerações sobre a terceira revolução industrial e a força de trabalho em saúde em Natal*. In: Ciência e Saúde Coletiva, 9, 2004 p.399-409. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232004000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 de junho 2017.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo.